

Dossiê – Ensino da língua escrita: desafios sob diferentes lentes

Certa vez, um educador prestes a se formar, acometido pela insegurança de exercer sua profissão percorreu muitos caminhos na busca de respostas para tantas dúvidas que o atormentavam. Como colocar o ensino a serviço da construção de uma sociedade justa e democrática? Como viabilizar a todos o direito de uma educação de qualidade? Como substituir a cultura da “muita informação” pela cultura do “pensamento crítico, criativo e responsável”? Como ensinar a alunos tão diferentes os mesmos conteúdos? Como reverter o histórico quadro de descaso com a educação? Como garantir às novas e velhas gerações o direito à palavra e à efetiva inserção social? Como formar professores competentes? Como é possível um educador sair da universidade sem saber como executar uma das “mais simples e indiscutíveis metas da escola” - alfabetizar e ensinar aos alunos a sua própria língua?

Nosso angustiado professor visitou países supostamente exitosos, que se gabavam de suas conquistas educacionais sem se darem conta da formação de gerações de sujeitos infelizes. Estudou diferentes leis e políticas educacionais sem compreender como elas poderiam se concretizar. Conheceu escolas-modelo cujas práticas pedagógicas eram incompatíveis com a realidade da sua terra distante. Buscou em longínquas bibliotecas respostas que apenas o conduziram a outras inquietações. Esteve em centros tecnológicos, onde apenas constatou que não existem “máquinas de ensinar”. Então, voltou para casa, tendo aprendido a mais importante lição de sua vida: “Educar é formar estudantes como pessoas íntegras, ensinar-lhes a pensar bem, a ser cidadãos responsáveis. O que não se sabe é como fazê-lo”¹.

Sim, é preciso admitir: na educação não existem receitas, muito menos certezas.

¹ LAUAND, J.; QUINTÁS, A. L. Entrevista Alfonso López Quintás – A Filosofia da Educação e a Reforma Curricular. *International Studies on Law and Education*, 1. São Paulo: Harvard Law School Association Brasil/EDF/Mandruvá Disponível em: <http://www.hottopos.com/harvard1/quintas.htm>. Acesso em 6 out. 2018

Na formação de educadores não basta transmitir conceitos ou modelos predeterminados e, como não há diploma que possa representar o ponto final do saber pedagógico, é preciso formar o professor pesquisador que aprenda também no contexto de sua prática.

No processo de alfabetização não basta apenas ensinar a ler e escrever; é preciso formar o sujeito efetivamente leitor, escritor e intérprete.

No ensino da própria língua é preciso buscar estratégias e relações capazes de forjar o cidadão.

Com o olhar de quem pode vislumbrar a complexidade da Educação e com a postura de quem se dispõe a enfrentar tantos desafios, o primeiro passo seja, talvez, admitir que a alfabetização, mesmo enquanto meta básica e indiscutível, está longe de ser uma “tarefa simples”.

O caminho para a construção da sociedade letrada requer um delicado e permanente arranjo de peças como em um grande quebra-cabeça: a construção e reconstrução de políticas educacionais; a parceria eficiente entre instâncias de produção do saber e a escola; a formação respeitosa de professores; a ousadia de compreender processos cognitivos e modos de intervenção pedagógica para trabalhar em sintonia com o “chão da escola”; a implementação cúmplice e responsável de diretrizes e, acima de tudo, a disponibilidade de dialogar, problematizar, construir alternativas e, enfim, enxergar através de diversas lentes para ampliar o horizonte educativo sem perder a coerência entre paradigmas, meios e metas.

Todos esses temas estão, de alguma forma, contemplados pelo dossiê que ora se apresenta na *Revista Internacional d'Humanitats*. Nela, foram reunidos diferentes artigos que, como lentes sobre um mesmo foco, permitem vislumbrar, problematizar e, por meio de diversos argumentos, discutir os desafios do Ensino da Língua Escrita. Desafios pertinentes não só em face dos inaceitáveis quadros de analfabetismo e de baixo letramento no Brasil, como também em face dos apelos da sociedade letrada, e, ainda, das atuais políticas de Educação e da configuração escolar (Ensino Fundamental em 9 anos e ciclo de alfabetização).

Nosso percurso inicia-se com o ensaio de Marli Siqueira Leite que, com a determinação de percorrer esse intrincado campo de muitas lentes, foca a linguagem na sala de aula em relação aos avanços digitais que, hoje, convivem com as desigualdades sociais. Para tanto, revê conceitos, apresenta fundamentações, discute as “derrapagens” do ensino e retoma os princípios de aprendizagem no processo de formação do sujeito leitor e escritor para, enfim, concluir que a alfabetização pode ser uma tarefa difícil, “mas não impossível”.

As políticas educacionais são objetos de problematização no artigo de Valéria Silva Ferreira e Maria Lúcia Pickering, que coloca em pauta a 5ª meta do Plano Nacional de Educação (PNE 2014 – 2024) – alfabetizar todas as crianças até o fim do 3º ano do Ensino Fundamental – na sua possibilidade de sustentar a Base Comum Curricular.

A esse respeito, vale perguntar: como as macro políticas podem ser traduzidas em estratégias para o cumprimento das metas? Como garantir a eficiência dos programas para que os professores não fiquem, mais uma vez, reféns dos discursos políticos e das avaliações excludentes?

O tema das políticas públicas segue nos debates travados pelos dois artigos seguintes, que colocam em cena a relação delas com a formação dos professores.

Zoraia Aguiar Bittencourt mostra o vínculo dessas políticas com os acordos internacionais calcados na fórmula “investimento no professor para melhorar a educação”, o que, no Brasil, ganha corpo pela associação do sistema com as universidades públicas visando iniciativas de formação continuada.

Em que pesem os discursos sobre a relevância da atualização, do treinamento, da capacitação e da reciclagem dos professores (temperados pelo sentimento que não se pode “parar no tempo”), muitos deles questionam o teor disciplinar e compensatório das iniciativas, as metodologias diretivas dos cursos, a fragmentação das posturas e o tecnicismo dos conteúdos veiculados.

Na mesma linha de argumentação, Edna Rosa Correia Neves e Sandra Maria Sawaya, subsidiadas pela Psicologia Crítica, fazem um detalhado estudo de caso para compreender como uma professora alfabetizadora se apropriou do curso oferecido pelo Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Para tanto, lançam mão da análise do seu caderno de formação (uma inovadora metodologia de investigação), evidenciando que, ao lado de leituras competentes e do efetivo aproveitamento do material oferecido, surgem mecanismos de resistência “em razão dos limites e da insuficiência da proposta que desconsidera necessidades de sala de aula”.

Transferindo o foco da formação de professores para o processo cognitivo dos alunos e, ao mesmo tempo, considerando o desafio da incorporação das novas tecnologias pela escola, o estudo apresentado por Silvia M. Gasparian Colello e Dalila Gonçalves Luiz usa um *game* para compreender a concepção de alunos pré-escolares sobre os Gêneros, Configurações e Portadores Textuais.

Partindo da compreensão da alfabetização como um longo processo de imersão na Cultura Escrita, que se inicia antes mesmo do ingresso no Ensino Fundamental, o estudo vale-se dos princípios da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) incorporados ao jogo (mais uma metodologia inusitada de pesquisa) para mapear processos de construção do conhecimento, sugerindo importantes implicações para o ensino.

As práticas pedagógicas do ciclo de alfabetização propriamente ditas ganham espaço no texto de Maria Cecília de Oliveira Micotti e Adriana Aparecida Barnabé Possatti, que focaliza as interações verbais em sala de aula, mostrando, pela comparação entre duas escolas, diferenças significativas que se refletem no processo de aprendizagem assim como nos números do Ideb. Por um lado, é possível identificar aulas centradas no professor e no sistema alfabético que são dirigidas a alguns alunos;

por outro, aparecem estratégias que buscam a participação de todos, valorizando os significados no uso da língua. Teríamos aí indícios para melhor compreender os mecanismos de produção do fracasso escolar?

Pela via dos diferentes planos de abordagem, das problematizações realizadas e das frentes de estudos apresentadas, talvez sejamos capazes de compreender que aquele professor angustiado, está presente em cada um dos autores e, provavelmente, em cada um dos leitores: educadores que, independentemente dos diplomas acumulados, estão sempre “em vias se formar”, percorrendo caminhos na busca de referências, de práticas de trabalho e de pontos de vista que possam iluminar suas muitas perguntas, que possam fomentar ainda mais inquietações.

Silvia M. Gasparian Colello